

Birigui, 15 de dezembro de 2017.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 031/2017

PREÂMBULO

Licitação com cotação embasada nos termos da tabela de procedimentos do Sistema Único de Saúde – SUS, utilizada como parâmetro consoante art. 15, V, da Lei Federal nº 8.666/93.

OBJETO

A presente licitação tem por objetivo o credenciamento de empresas especializadas interessadas em firmar contrato com o Município de Birigui para prestação de serviços de realização de exames laboratoriais de análises clínicas para os Pacientes atendidos pelos médicos especialistas do CINSA (Consórcio Intermunicipal de Saúde), Centro de Especialidades Médicas da Secretaria de Saúde, Unidades Básicas de Saúde, Centro Municipal de Atendimento e Diagnóstico – CEMADI, Vigilância Epidemiológica, Ambulatório de Saúde Mental, Ambulatório de Saúde da Mulher, Serviço de Atendimento Especializado – SAE DST/AIDS, Atenção Básica de Saúde, exceto Pronto Socorro Municipal, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser renovado até o limite legal a critério da Administração.

A chamada pública para credenciamento das empresas tem o objetivo de, a partir da publicação, habilitar as empresas que requerer seu credenciamento e se encontrar de acordo com as exigências do edital, a proceder imediatamente à prestação dos serviços de realização de exames, que se dará nos moldes trazidos abaixo.

FORMA DE CREDENCIAMENTO

Credenciamento do tipo aberto, ou seja, publicado o edital poderão as empresas interessadas se credenciar a qualquer tempo durante a vigência das contratações e eventuais renovações.

Os documentos a serem apresentados pelas empresas estão definidos no edital e serão encaminhados à Comissão de Seleção, formada pela Portaria nº 113/2017, que analisarão o teor e a compatibilidade com as exigências definidas, e ao final, emitirá o resultado sobre o(s) pedido(s) credenciamento. Juntamente aos documentos a(s) empresa(s) deverá(ão)

apresentar uma relação dos exames que CONCORDAM EM REALIZAR PELO PREÇO DEFINIDO NA TABELA DE PROCEDIMENTOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

No caso de aprovação, será a empresa comunicada do resultado, inclusive do prazo para assinatura do contrato, quando então estará imediatamente apta para realização dos serviços.

No caso de reprovação, será a empresa comunicada para que querendo providencie os eventuais documentos faltantes ou corrija os que não foram aceitos.

DO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO OU DESCREDENCIAMENTO

As empresas interessadas poderão se credenciar a qualquer momento após a publicação do edital, mediante apresentação dos documentos exigidos para tanto e aprovação pela Comissão de Seleção.

Uma vez credenciada, será formalizado contrato de prestação de serviços que terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser renovado pelo mesmo período até o limite de 60 (sessenta) meses a critério e conveniência da Municipalidade.

Uma vez credenciada, a empresa deverá cumprir com as obrigações assumidas pelo período do contrato, sendo-lhe facultada a não renovação caso assim queira, mediante solicitação de descredenciamento protocolada junto à Comissão dos Gestores do Contrato, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao vencimento do prazo contratual (ou sua renovação).

DA MODIFICAÇÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Será autorizado às empresas credenciadas, a qualquer momento da vigência contratual, protocolar nova relação acrescentando os exames que CONCORDAM EM REALIZAR PELO PREÇO DEFINIDO NA TABELA DE PROCEDIMENTOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, que serão juntados à relação original.

No caso de supressão do rol de exames realizáveis, deverá a empresa protocolar com antecedência mínima de 15 dias (visto a possibilidade de guias já se encontrarem em poder dos Municípios/Pacientes) o pedido, com justificativa técnica da impossibilidade de se continuar executando tais exames, carreado com comprovantes do alegado, endereçando à Comissão dos Gestores do Contrato, que emitirá parecer acerca do pedido.

DO VALOR DE DESEMBOLSO

Define-se o valor limite para dispêndio da contratação a quantia de até R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) mensais, independente da quantidade de empresas credenciadas, que dividirão o valor de acordo com a realização dos exames.

Tal quantia não será dividida igualmente entre as credenciadas, mas sim de acordo com os exames que elas realizarão, definidos mediante a **escolha dos Municípios/Pacientes** que, ao seu alvedrio, poderão optar por qual laboratório queiram realizar os exames, desde que esteja devidamente credenciado para aquele exame.

Este valor será utilizado para pagamento de todas credenciadas segundo os exames que as mesmas realizaram, ficando a cargo do Departamento de Enfermagem o controle para que o montante não ultrapasse o mês nos termos da cláusula "DO CONTROLE DE EXAMES REALIZADOS".

No caso de não se atingir o limite definido de R\$ 140.000,00, o valor residual não será acrescido no(s) mês(es) seguinte(s).

Às credenciadas não caberão reclamar acerca do quantitativo de exames realizados em detrimento de outra contratada, uma vez que a escolha serão dos Municípios/Pacientes, e não da Prefeitura.

RECURSOS FINANCEIROS

A dotação orçamentária para as despesas decorrentes desta licitação será das fichas: 463 (fonte 1) e 464 (fonte 5).

Em observância do COMUNICADO SDG nº 028/2017/TCESP, esclarece-se que a origem do recurso orçamentário indicado na cláusula anterior é municipal (ficha 463) e federal (464).

DOS VALORES DOS EXAMES

Os valores a serem pagos pela Prefeitura Municipal de Birigui seguirá de acordo com a Tabela de Preços praticados pelo SUS – Sistema Único de Saúde, passando esta a ser a referência para execução do objeto deste edital, especialmente no que se refere aos códigos, nomenclaturas e especificações de valores.

DO REAJUSTE

Por ser o valor contratual vinculado à Tabela de Preços do SUS – Sistema Único de Saúde, todo e qualquer reajustamento somente se dará no caso do Ministério da Saúde vier a alterar os valores de sua Tabela, passando a vigor o valor novo determinado pelo SUS, medida que implica em aceitação tanto da Credenciada como da Municipalidade.

Eventual alteração promovida pelo Ministério da Saúde não implicará em aumento ou redução do valor estabelecido pela Prefeitura para desembolso mensal.

DO PRAZO DE CONTRATO

O prazo de vigência dos contratos oriundos do credenciamento será de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93.

DAS RENOVAÇÕES

O contrato firmado terá vigência original de 12 (doze) meses, podendo ser renovado sempre por mais 12 (doze) meses desde que haja interesse e conveniência do Município, até o limite total de 60 (sessenta) meses entre prazo original e renovações.

Uma vez credenciada, a empresa deverá cumprir com as obrigações assumidas pelo período do contrato, sendo-lhe facultada a não renovação caso assim queira, mediante solicitação de descredenciamento protocolada junto à Comissão dos Gestores do Contrato, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao vencimento do prazo contratual (ou sua renovação).

Renovado o prazo do contrato à empresa Credenciada restará obrigada a cumprir todas as condições da avença até a próxima renovação, quando então, se assim o desejar, poderá solicitar seu descredenciamento na forma e no prazo acima descrito.

Em toda renovação a Credenciada deverá apresentar obrigatoriamente certidão de regularidade perante a Seguridade Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, sob pena de não ser procedida a renovação.

DO(s) PAGAMENTOS(s)

O pagamento será mensalmente no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após a prestação dos serviços solicitados, mediante apresentação de relatório de todos os exames executados no mês anterior e conferidos pela Secretaria de Saúde, da respectiva apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, documentos fiscais e de cobrança, certidão de regularidade perante Seguridade Social e FGTS, nos quais deverão constar: descrição do objeto, número do respectivo empenho de acordo com cada Ordem de Serviço(OS), além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

Para agilidade da conferência e evitar atrasos nos pagamentos, as credenciadas deverão apresentar ao Departamento de Enfermagem conforme cronograma abaixo a relação dos exames realizados, com a sua descrição, código SUS, quantidade, valor unitário e total para confrontamento com os envios diários, fazendo juntar ainda todas as guias para checagem da compatibilidade e presença da assinatura dos pacientes.

Cronograma será:

- 1º relatório – enviar entre o dia 11 e 13 – todos os exames realizados entre o dia 01 ao 10;
- 2º relatório – enviar entre o dia 21 e 23 – todos os exames realizados entre o dia 11 ao 20;
- 3º relatório – enviar entre o dia 01 e 03 – todos os exames realizados entre o dia 21 ao 31.

Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais, certidões, e guias para conferência contenham vícios e incorreções.

DOS GESTORES DO(S) CONTRATO(S)

Em atenção ao art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, ficam definidos como gestores os servidores abaixo, lotados na Secretaria de Saúde, ou outros que venham a substituí-los para fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual:

- **LUIZ HENRIQUE DO CARMO MARTINS**
Diretor Departamento Médico e Enfermagem
Enfermeiro- COREN
CPF 359.431.178-30
- **SANDRA ANGELINA MARI LOURENÇO MACHADO**
Enfermeira- COREN
CPF 085.037.748-01

- **GIOVANNA FRANCINE VERONEZE DOURADO**

Enfermeira – COREN

CPF 355.200.668-09

DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CREDENCIAMENTO

A Comissão de Seleção e Credenciamento será formada pelos servidores: Ariadne dos Santos Teixeira – Recepcionista Executiva, Andrea Mistrinel Parra Batista – Recepcionista Executiva, e Camila Fantoni Bigelli – Chefe da Seção Epidemiológica e Estatística.

Os pedidos de Credenciamento serão recebidos pela Comissão Especial, que:

- * receberá, organizará e verificará a documentação encaminhada pelos interessados, se atende as condições exigidas e promoverá diligências e solicitará saneamento, caso necessário.

- * Dirigirá aos interessados as comunicações, notificações e solicitações;

- * Receberá e instruirá os recursos administrativos, podendo rever as decisões tomadas ou encaminhá-los para apreciação do superior hierárquico;

O credenciamento será processado e julgado pela Comissão Especial que, à vista das disposições deste Edital, deferirá ou indeferirá o pedido;

A comissão poderá, se necessário, promover diligências destinadas ao esclarecimento de dúvidas ou confirmação de informações prestadas;

A decisão quanto ao deferimento ou indeferimento do pedido será comunicada a empresa interessada;

As decisões da Comissão que negarem o credenciamento serão sempre fundamentadas e delas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação ou da comunicação da decisão.

Estarão credenciadas a realizar os serviços as empresas que apresentarem corretamente as documentações exigidas, concordando com as normas propostas pelo Município. A empresa será então convocada para assinar o contrato.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Além dos requisitos de habilitação ordinários trazidos pela Lei de Licitações, notadamente aos que dispõem os artigos 27 e seguintes, em razão do objeto se tratar de prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas, as empresas interessadas deverão apresentar, junto com a documentação de habilitação exigida em edital as seguintes informações:

a. Comprovante de Cadastramento e Situação Cadastral do estabelecimento junto ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES do Ministério da Saúde, nos moldes da legislação vigente.

b. Alvará Sanitário emitido pela Vigilância Sanitária, nos moldes da legislação vigente.

c. Alvará de localização e funcionamento regular emitido pela Secretaria de Finanças, nos moldes da legislação vigente.

d. Comprovação do vínculo empregatício do responsável técnico, responsável pelos procedimentos de diagnóstico em laboratório clínico, que deverá ser feita nos moldes da Súmula nº 25 do Tribunal de Conta do Estado de São Paulo.

* Se tratar-se de profissional empregado da empresa deverá ser apresentada cópia autenticada do registro em Carteira de Trabalho ou da ficha de registro de empregados autenticada pela DRT – Delegacia Regional de Trabalho.

* Se tratar-se de profissional Sócio, Diretor ou Proprietário, deverá ser apresentada cópia autenticada do Contrato Social e suas modificações em vigor ou da última ata de eleição da diretoria, devidamente registrada no órgão competente.

* Se tratar-se de profissional autônomo que presta serviços à proponente mediante contrato de prestação de serviços, deverá ser apresentada cópia autenticada do contrato em vigor.

e. O profissional responsável técnico deverá comprovar registro no conselho regional pertinente de sua categoria.

DO CONTROLE DE EXAMES REALIZADOS

O controle da quantidade de exames realizados a fim de não ultrapassar o teto definido mensalmente pela Prefeitura será feito pelo Departamento de Enfermagem da

Secretaria de Saúde de Birigui, mediante às **informações repassadas pela(s) empresa(s) credenciadas diariamente**.

Ficará(ão) a(s) empresa(s) incumbida(s) de enviar DIARIAMENTE, no período da manhã, em ambos os e-mails: convenios.saude@birigui.sp.gov.br e deptomedico@birigui.sp.gov.br, a relação de todos os exames realizados no dia anterior, contendo a descrição do exame com a quantidade dos mesmos, os respectivos valores individuais e totais gerados no dia.

Caso a(s) empresa(s) deixem de apresentar tais relatórios diariamente, ocasionando a extrapolação do valor mensal atribuído pela Municipalidade como teto pela falta da informação, a(s) empresa(s) que deu(ram) causa ao fato não terá(ão) direito ao recebimento do valor dos exames realizados fora do limite financeiro imposto pelo Município, não gerando indenização de qualquer espécie em favor da(s) credenciada(s). No caso da(s) empresa(s) comprovar(em) ter cientificado a Municipalidade, a esta terá o direito de recebimento de tais exames realizados.

Verificada a possibilidade de atingimento do teto definido pelo Município, o Departamento de Enfermagem deverá expedir comunicado à(s) credenciada(s) para suspensão dos exames a fim de evitar que seja ultrapassada a cota mensal, fato em que as credenciadas deverão suspender a realização dos serviços, podendo reagendar, em sendo possível, a realização do exame para o próximo período mensal.

O período de referência para controle do teto financeiro será do primeiro dia do mês até o último dia do mês.

Todas as guias SADT de exames realizados deverão conter a assinatura do paciente referente a cada exame realizado, carimbo do mês em vigência, carimbo do Diretor do Departamento Médico e Enfermagem, carimbo da Unidade Solicitante, carimbo e assinatura médica, carimbo da Prefeitura com CNPJ, carimbo e assinatura do Técnico de Enfermagem, e isento de rasuras. **A ausência da assinatura ensejará o não pagamento do exame realizado pela credenciada.**

CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto da presente licitação será recebido:

- Provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;
- Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações do Edital, verificação da qualidade e quantidade e conseqüente aceitação.

Será rejeitado no recebimento, o serviço realizado com especificações, definições, resultados, e outros identificadores diferentes das requisitadas e informadas na PROPOSTA, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazos definidos abaixo.

Constatadas irregularidades no objeto, a Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando nova realização do exame ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital e da proposta, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital e da Proposta, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da qualidade e/ou quantidade e das especificações contratadas.

DAS SANÇÕES

As eventuais sanções por descumprimento de qualquer obrigação contratual deverá observar ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93, e Decreto Municipal nº 5.385 de 02 de março 2015.

Sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993, o credenciado habilitado ficará sujeito as seguintes penalidades:

- * Mera Advertência, por escrito;
- * Advertência por escrito com informação sobre a possibilidade da sanção de descredenciamento;
- * Descredenciamento.

Das sanções acima poderão vir cumulados, quando for o caso, ressarcimento aos usuários, acompanhantes e/ou Município de eventuais prejuízos que possa ocorrer por seu ato doloso ou culposos.

São exemplos e motivos para aplicação das sanções acima, entre outras:

- * não cumprimento das obrigações assumidas por seu credenciamento;
- * quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade e sanáveis sem prejuízo para a Administração Municipal, para as quais tenha concorrido diretamente;
- * descumprimento de alguma cláusula deste Edital com prejuízo para a Administração Municipal;
- * detecção pela Municipalidade de resultados errôneos ou com divergência que demonstre uma disparidade gritante e aviltante com os padrões normais;
- * reiteradas reclamações de usuários contra o atendimento efetuado pela Credenciada, quanto aos aspectos de agilidade, respeito, cordialidade, orientação, atenção, e demais exigidos para execução dos serviços.
- * não antedimento do prazo de entrega dos resultados nos termos estabelecidos pelo Município;
- * cobrança de valores ou exigências fora dos padrões estabelecidos para execução dos serviços.

As sanções deverão ser sopesadas e aplicadas de forma compatível com o ato danoso, e sempre que possível ser de forma graduada da mais branda à mais onerosa à Credenciada.

DAS RESPONSABILIDADES, ATRIBUIÇÕES E DIREITOS DA PREFEITURA

Constitui responsabilidade e direito da PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI intervir, nas hipóteses previstas em lei, quando necessário, a fim de assegurar a regularidade e o fiel cumprimento do Edital e seus anexos e das normas legais pertinentes.

Compete à PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI conferir os serviços através da fiscalização pela sua qualidade e quantidade.

Os serviços fora das especificações e condições estabelecidas serão recusados, sendo exigida a sua reparação.

Efetuar os pagamentos na data e forma pactuadas, em conformidade com as disposições editalícias.

Comunicar a credenciada toda e qualquer ocorrência relacionada com o material, mão-de-obra, equipamentos e acessórios utilizados na execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigirem providências corretivas.

DAS RESPONSABILIDADES, ATRIBUIÇÕES E DIREITOS DA(S) CREDENCIADA(S)

As credenciadas somente deverão realizar os exames se as guias contiverem carimbo do mês em vigência, carimbo do Diretor do Departamento Médico e Enfermagem, carimbo da Unidade Solicitante, carimbo e assinatura médica, carimbo da Prefeitura com CNPJ, carimbo e assinatura do Técnico de Enfermagem, e isenta de rasuras.

Prestar os serviços objeto da presente Chamada Pública conforme especificações do edital e seus anexos, em especial ao Anexo I – Termo de Referência, e de acordo com o estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde e em consonância com a legislação pertinente.

A mão-de-obra a ser empregada na execução dos serviços será de inteira responsabilidade da proponente, devendo, ainda, ser de primeira qualidade, de modo a se observar acabamentos esmerados e de inteiro acordo com as especificações técnicas do edital.

A proponente deverá fornecer a pedido da fiscalização, a qualquer momento, todas as informações relativas à execução dos serviços, sem que tal atitude implique em responsabilidade da fiscalização sobre a ação da mesma.

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de Habilitação e qualificação exigidas na Chamada Pública, além daquelas pertinentes a legislação trabalhista, exibindo periodicamente, a critério da Secretaria Municipal de Saúde, os comprovantes dos recolhimentos dos impostos e encargos decorrentes.

Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI.

Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

Arcar com todas as despesas necessárias para a prestação dos serviços, tais como: produtos, insumos, materiais, mão-de-obra, pagamento de seguros, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

Estar ciente das condições do credenciamento, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

A proponente não poderá cobrar do usuário, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato, **salvo àqueles que não se encontram descritos na Tabela de Preços praticados pelo SUS – Sistema Único de Saúde**, os quais poderão ser taxados pela proponente, mediante prévia informação e autorização do usuário.

Não se enquadra nos serviços relativos a este credenciamento o serviço de coleta domiciliar de amostras, o qual poderá ser taxado pela proponente diante das despesas de locomoção, transporte, armazenamento, etc., e **desde que informado ao usuário previamente o valor da despesa gerada**, excetuando no valor desta taxa a despesa com o exame, que estando dentro do rol da Tabela SUS será arcada pelo Município.

A proponente responsabilizar-se-á por cobrança indevida, feita ao usuário ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste contrato.

A proponente deverá manter controle bem elaborado da quantidade de exames já realizados no período a fim de evitar risco de ultrapassar o teto financeiro definido.

Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade complementar exercidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI sobre a execução do objeto deste contrato, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI e a proponente reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde, decorrente da Lei nº 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde) ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo específico, ou de notificações dirigida à proponente.

É de responsabilidade exclusiva e integral da proponente a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI ou para o Ministério da Saúde, e ainda, a prestação dos serviços ora contratados não implica vínculo empregatício, nem exclusividade de colaboração entre PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI e a proponente.

A proponente fica exonerada da responsabilidade pelo não atendimento de usuário amparado pelo Sistema Único do Saúde, na hipótese de atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pelo Poder Público, ressalvado as situações de calamidade pública ou grave ameaça de ordem interna ou as situações de urgência ou emergência.

Para o cumprimento do objeto deste contrato a proponente se obriga a oferecer ao usuário todo o recurso necessário ao seu atendimento.

A proponente deverá fornecer todos os equipamentos necessários para a realização das consultas, coletas, exames e procedimentos objeto deste contrato.

A proponente deverá notificar a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança de sua Diretoria, contrato ou estatuto, enviando à PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI no prazo de 60 (sessenta) dias, contatos a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

A proponente fica obrigada a manter atualizado o CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, principalmente em relação aos equipamentos existentes ou adquiridos disponíveis para atendimento do Sistema Único de Saúde e os profissionais de nível superior.

A proponente é responsável pela indenização de dano causado ao usuário, município de Birigui e a terceiros a eles vinculados, decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado o direito de regresso.

A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do artigo 14 da Lei nº 8078, de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Para os serviços de análise realizados no próprio laboratório a proponente deverá disponibilizar o resultado dentro de um prazo máximo de até 03 (três) dias úteis da data da coleta, salvo motivo plenamente justificado e aceito pela municipalidade que faça demandar prazo maior.

Para os serviços de análise que necessitam envio externos aos laboratórios de apoio de outras localidades, o prazo para disponibilização do resultado deverá ser de no máximo 10 (dez) dias úteis contados da data da coleta, salvo motivo plenamente justificado e aceito pela municipalidade que faça demandar prazo maior.

A proponente deverá disponibilizar ao usuário o resultado por meios eletrônicos (internet), porém, devendo obrigatoriamente orientá-los da opção de se obter pela forma impressa, fornecendo a todos que assim o requerer.

Os resultados dos exames também deverão estar disponíveis por meios eletrônicos (internet) à todas as unidades de Saúde do Município, por meio de uma senha única, a fim de facilitar o controle da municipalidade e dos responsáveis da saúde, visando agilidade em atendimentos que demandam checagem do histórico do paciente, bem como evitar que exames sejam realizados em duplicidade por duas ou mais credenciadas a pedido do paciente.

A disponibilização de uma senha única deverá habilitar todos órgãos de saúde a visualizar todos resultados, ficando a cargo de todas unidades de saúde a responsabilidade pela privacidade dos dados, isentando as credenciadas de qualquer ônus acerca da liberação das informações.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

À empresa credenciada, quando se fizer necessário por impossibilidade técnica/operacional, poderá subcontratar os serviços de realização exames junto a laboratórios de apoio, ficando à sua expensas essa subcontratação, devendo respeitar as condições de preços atribuídos quando da contratação.

Poderão ser realizados serviços além do teto financeiro contratado nos casos em que o Ministério da Saúde financiar procedimentos com recursos do FAEC – Fundo de Ações Estratégicas e Compensação do Fundo Nacional de Saúde de **Extra-Teto**.

Os serviços contratados estão referidos a uma base territorial e populacional da cidade de Birigui e serão ofertados com base nas indicações técnicas do planejamento da Secretaria de Saúde de Birigui, mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros da PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI.

Mediante Termo Aditivo, e de acordo com a capacidade operacional da CONTRATADA e as necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI, as empresas Credenciadas deverão reavaliar a demanda reprimida, após o que poderão fazer acréscimos nos valores limites deste contrato, durante o período de sua vigência incluída as prorrogações, mediante justificativa aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde.

A licitante vencedora deverá possuir locais de execução dos exames em sede própria ou filial dentro do perímetro urbano desta municipalidade e esteja legalmente habilitada para tal função.

O interessado no credenciamento obrigatoriamente deve ter sede ou filial no município de Birigui-SP com CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas em Birigui, sendo vedada a participação de interessados apenas com sala ou posto de coleta em Birigui.

Fica permitido ao interessado credenciado que tenha sede ou filial no município de Birigui com CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas em Birigui a instalação de Pontos de Coleta em atendimento à Rede de Laboratórios Clínicos instituídos pela Portaria SAS nº 788, de 23 de outubro de 2002 e que sua Estrutura Física atenda a RDC 50/2002 ANVISA/MS.

CONDIÇÕES GERAIS

A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) possuir locais de execução dos exames em sede própria ou filial dentro do perímetro urbano desta municipalidade e legalmente habilitada para tal função.

A licitante vencedora deverá ter quantidade de funcionários suficientes tanto da área técnica como administrativa para recepção dos pacientes e realização dos exames, e obedecendo ao fluxo dos procedimentos para atender a capacidade de execução dos exames solicitados.

A licitante vencedora deverá fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessária para a execução dos exames.

A licitante vencedora responsabilizar-se-á por acidentes e prejuízos que venham a causar a terceiros, por culpa, negligência ou imperícia;

Os exames serão agendados e quando houver urgência dentro do horário de atendimento, a empresa deverá atender.

A Prefeitura Municipal exercerá a fiscalização dos serviços, através da Secretaria de Saúde e para a realização do mesmo, ficará assegurado o direito de exigir o cumprimento integral do Plano de Trabalho e também das normas técnicas de execução dos serviços.

Caso haja o descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência pela(s) credenciada(s), requer sejam aplicadas as medidas cabíveis previstas por legislação, tal qual pena de desclassificação/inabilitação da empresa descumpridora.

Atenciosamente,

LUIZ HENRIQUE DO CARMO MARTINS
Diretor Departamento Médico e Enfermagem